EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI – (LC 147/2014)

O Município de Imbituba/SC, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Juventude – SEDEJ**, inscrito no CNPJ sob o n° 82.909.409/0001-90, torna público a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO POR LOTE (KIT)**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **"AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IMBITUBA, PARA ATENDIMENTO DO ANO LETIVO DE 2027, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS COMPONENTES, PERSONALIZAÇÃO DOS MATERIAIS INDICADOS, MONTAGEM, CONFERÊNCIA, ACONDICIONAMENTO E ENTREGA DOS KITS COMPLETOS NOS LOCAIS DEFINIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E JUVENTUDE – SEDEJ"**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 114/2024, das demais legislações aplicáveis e de acordo com as condições fixadas neste instrumento e seus anexos, sendo conduzido pelo(a) Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, conforme Decreto Municipal nº 271, de 27 de Novembro de 2025.

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

O Pregão, na forma Eletrônica será conduzido pelo pregoeiro oficial do Município de Imbituba, em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, por meio de Sistema Eletrônico no endereço "**www.portaldecompraspublicas.com.br**", conforme datas e horários a seguir:

Recebimento das Propostas: das 09h59min do dia 11/11/2026 às 09h59min do dia 24/11/2026
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h00min do dia 24/11/2026.
Impugnações e Esclarecimentos: até às 23h59min do dia 18/11/2026.
Modo de Disputa: Aberto
Valor Estimado Total: R$ 1.435.534,90 (Um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).
Intervalo de Lances: R$ 50,00 (cinquenta reais)

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

Maiores informações: no endereço fixado no rodapé das 13h00min às 19h15min ou pelo telefone (48) 3355-8100 ou e-mail: licitacao@imbituba.sc.gov.br ou site https://imbituba.atende.net/)

O Suporte aos fornecedores na plataforma Compras Públicas poderá ser obtido através do telefone: 3003-5455, e-mail fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto da presente licitação a **"AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IMBITUBA, PARA ATENDIMENTO DO ANO LETIVO DE 2027, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS COMPONENTES, PERSONALIZAÇÃO DOS MATERIAIS INDICADOS, MONTAGEM, CONFERÊNCIA, ACONDICIONAMENTO E ENTREGA DOS KITS COMPLETOS NOS LOCAIS DEFINIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E JUVENTUDE – SEDEJ".**

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES

2.1. O Edital estará disponível no site da Prefeitura de Imbituba (https://imbituba.atende.net/) no Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.2. As empresas interessadas em participar do certame licitatório em epígrafe, deverão estar atentas às informações disponibilizadas pela Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Imbituba (https://imbituba.atende.net/) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), a qualquer momento, em virtude de esclarecimentos, erratas ou outras informações relevantes acerca do processo licitatório em curso.

2.3. A Prefeitura Municipal não se responsabilizará pelos editais, suas planilhas, formulários e demais informações, obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do disposto acima.

2.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba/SC.

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES

3.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, **até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, mediante documento formalizado e apresentado EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR no endereço eletrônico

www.portaldecompraspublicas.com.br ou por meio de Protocolo Online (https://imbituba.atende.net/)

3.2. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.

3.3. Não serão conhecidas as impugnações efetuadas por meio diverso do que o estabelecido no item 3.1 deste edital.

3.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a administração.

3.5. As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o agente de contratação pode atribuir-lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.

3.6. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.7. O pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório será encaminhado ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os interessados poderão formular consultas em campo próprio do sistema provedor. Contatos podem ser realizados pelo Portal no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br. ou por meio de Protocolo Online Atend Net – (https://imbituba.atende.net/)

3.8. O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e orçamento estimado, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O PREGÃO será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal(www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas no Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br, também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3. O credenciamento no provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora

da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados nos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.7. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, no Cadastro Portal Compras Públicas, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via chat ou emitidas pelo Sistema no seu endereço eletrônico (e-mail).

4.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital.

5.2 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 Da participação das **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**:

5.3.1 Será regida pela Lei Complementar nº 123/2006.

5.3.2 Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.4 Das vedações. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

5.4.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

5.4.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

5.4.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5.4.4 Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º, §1º e 14 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.5 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

5.4.6 Que estejam sob falência, concurso de credores insolvência civil ou em processo de dissolução ou liquidação.

5.4.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4.8 Não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação.

5.4.9 Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ.

5.4.10 Será realizada pesquisa no CEIS (CGU), CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública.

5.4.11 Não poderão disputar licitação aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau

5.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5.6. A participação dos licitantes será vinculada a contabilização de todos os prazos a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço, que se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado.

5.7. Será assegurada preferência de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte nas situações em que suas propostas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, observados os procedimentos previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8. Comprovação da condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas:

5.8.1. A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.8.2. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e reproduzidos neste edital, poderão apresentar ainda os seguintes documentos:

I. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

5.8.3. A constatação de possível falsidade na declaração de enquadramento será objeto de apuração administrativa e, quando houver indícios de ilícito penal, será comunicada às autoridades competentes.

5.8.4. A ausência dos documentos exigidos para comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada implicará a não concessão dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo da análise da habilitação da licitante conforme as demais disposições deste edital.

5.8.5. Verificada possível falsidade na declaração ou utilização indevida do tratamento favorecido, os fatos serão encaminhados à autoridade competente para apuração em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal cabíveis.

5.9. Em se tratando de MEI (Microempreendedor Individual):

5.9.1 Certificado do MEI obtido através do site http://www.portaldoempreendedor.gov.br/.

5.10. Quanto à regularidade fiscal dos Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006: Os Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

5.10.1. Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais Certidões Negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.10.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do

direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.10.3. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

5.11. Participação de licitantes sob a forma de CONSÓRCIO:

5.11.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, conforme preceitua o regramento do artigo 15 da Lei 14.133/2021.

5.11.2. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas na Lei 14.133/2021 e aquelas estabelecidas neste Edital.

5.11.3. Ficam vedadas a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma EMPRESA, ou em mais de um consórcio.

5.11.4. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

5.11.5. As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, Compromisso de Constituição do Consórcio, por instrumento público ou particular, subscrito pelos consorciados (art. 15 I, da Lei nº 14.133/2021), discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio.

5.11.6. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado pela Administração Pública.

5.11.7. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

5.11.8. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das EMPRESAS. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.

5.11.9. Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de

habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no edital.

5.11.10. Para fins de qualificação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, exigindo-se acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, acréscimo este inaplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte (art. 15, III e §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021). Os índices contábeis serão aferidos individualmente para cada consorciado.

5.11.11. A comprovação das capacidades técnico-profissional e técnico-operacional exigidas neste Edital poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

5.11.12. No caso de composição de consórcio que integre a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte não será admitido para fins de usufruto das benesses previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

6 DA DISPUTA E DA CONDUÇÃO DO CERTAME

6.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, que atuará mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2. Todas as referências de tempo do Edital, do Aviso e da Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

6.3. A operacionalidade do Sistema se fará por meio do Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.3.1. Todos os prazos serão contados a partir das publicações no Portal de Compras Públicas.

6.3.2. O Portal de Compras Públicas se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado.

6.3.3. A fase externa da concorrência, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Portal de Compra Públicas, nos veículos oficiais e no sítio oficial do município.

6.4. As informações referentes a condução do processo licitatório também poderão ser acompanhadas no site da Prefeitura de Imbituba.

6.5. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado no Portal www.portaldecompraspublicas.com.br, subsequente encaminhamento da PROPOSTA, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário

estabelecidos neste Edital.

6.6. O encaminhamento da PROPOSTA e dos documentos pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiros sua PROPOSTA e seus lances.

6.7. Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

6.8. Se ocorrer a desconexão o pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do certame eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro, aos participantes, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.10. Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão do certame eletrônico será definitivamente interrompida, o que acarretará, consequentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

6.11. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema eletrônico.

6.12. A abertura da sessão pública deste certame Eletrônico, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.13. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via *chat*, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

6.14. O pregoeiro, verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.15. Somente os Licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

6.16. A desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

7. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O prazo para acolhimento e encerramento das propostas eletrônicas se dará de acordo com as datas informadas no preâmbulo deste Edital.

7.2. O licitante interessado em participar do certame deverá encaminhar a proposta de preços, na forma

especificada no **subitem 8.1.** e no prazo descrito no item acima.

7.3. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado, bem como os documentos exigidos para habilitação, por meio do sistema, em formato digital, prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8. DOS PROCEDIMENTOS

8.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preços em conformidade com o **item 7.1**, até a data e hora estabelecidos, quando, então, se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.1.1. Os documentos de habilitação e a proposta de preços deverão estar preferencialmente no formato PDF.

8.1.2. Caso não seja possível abrir o arquivo por questões técnicas, serão abertas diligências a fim de sanar os vícios.

8.1.3. Em sede de diligência, será admitida a apresentação de documento novo, ainda que emitido após a abertura da sessão pública, destinado a comprovar condição preexistente à data de abertura do certame (art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.4. Caso a empresa não apresente os documentos nos termos do subitem anterior, o pregoeiro solicitará a abertura de processo administrativo para apuração de irregularidades, visando à aplicação das penalidades previstas na legislação.

8.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema. Após o início da sessão pública do Pregão Eletrônico não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado.

8.3. Para inserção de sua proposta inicial, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento do objeto, constante neste Edital e seus anexos.

8.3.1. No campo **"MARCA"** da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo "diversas", "marcas diversas", ou quaisquer outras.

8.3.1.1. Caso seja marca própria, o campo marca deverá ser preenchido, preferencialmente, como **"marca própria".**

8.3.1.2. Caso seja um serviço, o campo marca deverá ser preenchido, preferencialmente, como "serviço próprio".

8.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações, deverão clicar "SIM" no campo "Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro

conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência".

8.4.1. Caso a empresa assinale a opção "NÃO", esta será tratada sem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações.

8.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do Edital e/ou que forem manifestamente inexequíveis.

8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, de acordo com o especificado no **Anexo I -** O critério de julgamento será o menor preço por lote (kit), com disputa/lances por item. O licitante que participar de determinado lote deverá apresentar proposta e lance para todos os itens que o compõem.

8.5.2. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.

8.7. Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

8.8. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

8.8.1. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

8.9. Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), o licitante poderá oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.10.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

8.11. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação **(preços e diferenças inexequíveis ou excessivas**), poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do sistema.

8.12. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, o licitante será informado em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

8.13. A etapa de lances da Sessão Pública será no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

8.13.1. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar

de lances intermediários.

8.13.3. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.13.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.14. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.14.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.15. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.16. Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

8.16.1. Entende-se como empate ficto, as situações em que as propostas apresentadas pela microempresa empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

8.17. Ocorrendo o empate ficto, na forma do item anterior, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual detentor da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta inferior àquela considerada até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

8.17.1. Se a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 8.16.1, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no item anterior.

8.18. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual satisfizer as exigências do item 8.17, será declarado o melhor classificado do item o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.19. O disposto nos itens 8.16 ao 8.18 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual,

bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

8.20. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.21. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para aquisição do objeto e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

8.22. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.22.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.23. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.24. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.25. O Pregoeiro poderá suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

8.26. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances ofertados será de **R$ 50,00 (cinquenta reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

8.27. Concluída a negociação, o licitante melhor classificado deverá encaminhar via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, a proposta adequada ao último lance ofertado (em conformidade com o item 7.3) e, os documentos de habilitação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

8.27.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou de oficio, a critério do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

8.28. Os documentos previstos no Termo de Referência e Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.29. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.30. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.31. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.32. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.33. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.34. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.35. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.36. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.28.

8.37. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.38. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.39. O licitante que deixar de apresentar a documentação, inclusive em sede de diligência, apresentar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, será inabilitado do certame e ficará passível da aplicação de multa, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Imbituba.

8.40. A proposta de preços atualizada e os documentos complementares deverão estar preferencialmente no formato PDF.

8.41. O sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas disponibilizará as Atas e Relatórios, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no **"VALOR DO ITEM",** exclusivamente mediante o cadastramento no sistema Pregão Eletrônico, no prazo estipulado no **item 7.1** deste Edital.

9.1.1. A proposta de preços deverá conter o PREÇO UNITÁRIO E TOTAL DE CADA ITEM OFERTADO, conforme unidades e quantidades mencionadas no **Anexo I**, expresso em reais com, no máximo, 2 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

9.2. Deverão estar incluídas no preço e/ou lance, todas as despesas que o compõe, tais como impostos, taxas, frete, descarga, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.

9.3. A proposta de preços preferencialmente deverá ser apresentada preferencialmente no formato **PDF**, em papel timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato), e, de preferência, com a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento; deverá estar assinada pelo representa legal da empresa, contendo seu nome completo, RG e CPF. Ainda deverá conter:

9.3.1. Descrição completa e detalhada de cada item classificado, especificando a marca, o modelo (se houver) e fabricante;

9.3.2. Especificação do preço unitário e total de cada item classificado, expresso em reais, com, no máximo, 2 (duas) casas decimais;

9.3.3. Especificação do valor total da proposta, em numeral e por extenso;

9.3.4. Prazo de validade da proposta, não inferior a **90 (noventa)** dias consecutivos, contados da data de sua apresentação;

9.3.5. Especificação do prazo de entrega do objeto.

9.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.5. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

9.5.1. Será exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar de cada lote, após a fase de julgamento e na etapa prevista no edital, 01 (uma) amostra integral do kit, montada, identificada e acondicionada, composta por todos os itens que integram a respectiva composição. A exigência aplica-se a todos os nove lotes e não poderá ser ampliada discricionariamente pela equipe avaliadora.

9.5.2. As amostras deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Juventude, Avenida Dr. João Rimsa, nº 340, Centro, Imbituba/SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da solicitação.

9.5.3. Em situação excepcional, devidamente comprovada e aceita pela Administração, poderá ser concedida prorrogação de até 5 (cinco) dias. Não serão aceitos pedidos baseados em justificativas genéricas, falta de planejamento ou desconhecimento das regras do edital.

9.5.4. A convocação especificará o lote e exigirá todos os seus componentes nas quantidades internas indicadas na coluna "Qtd. / kit" das respectivas tabelas. As amostras deverão acompanhar embalagens originais, fichas técnicas e certificados compulsórios aplicáveis, sem exigência de comprovação Inmetro para componentes fora do escopo da regulamentação.

9.5.5. A comissão avaliadora utilizará formulário de conformidade individualizado por componente, contendo código, descrição, marca/modelo ofertado e campos objetivos de verificação: quantidade por kit, dimensão (instrumento de medição), gramatura quando especificada, material, funcionalidade em teste de uso normal, acabamento, integridade, rotulagem, validade remanescente, certificação compulsória e personalização aprovada. Para cada parâmetro será registrado CONFORME, NÃO CONFORME ou NÃO APLICÁVEL, com evidência e motivação da decisão.

9.5.6. A ausência de componente obrigatório ou a desconformidade material não sanável com especificação objetiva ensejará reprovação da amostra e desclassificação da proposta do lote, mediante decisão técnica motivada e observância do contraditório e dos recursos cabíveis. Falhas meramente formais de arte, sem alteração do produto ou da proposta, poderão ser objeto de diligência e reapresentação única em prazo objetivo de até 5 dias úteis, quando previsto e fundamentado no edital.

9.5.7. Reprovada a amostra, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para apresentação nas mesmas condições. As amostras aprovadas poderão ser retidas pela SEDEJ como padrão oficial de recebimento e não serão computadas no quantitativo contratado.

9.5.8. A amostra aprovada será retida como padrão de qualidade, sem integrar quantitativo de fornecimento. A equipe emitirá parecer individualizado, acompanhado do formulário de avaliação por componente, registro fotográfico quando útil, identificação dos avaliadores, ciência do proponente e motivação específica de cada eventual reprovação.

9.5.9. A arte de agenda escolar, agenda de professor, caixas e demais componentes personalizados deverá integrar o edital como arquivo acessível e versão controlada. A aprovação de prova gráfica pela SEDEJ antes da produção não poderá importar mudança de especificação, conteúdo ou custo não conhecido pelos licitantes no momento da proposta.

9.5.10. Para a agenda infantil de 110 folhas, após as páginas iniciais de identificação e orientação, o conteúdo de acompanhamento diário descrito na especificação deverá repetir-se até compor o miolo, admitidos espaços complementares de observações de acordo com a arte técnica oficial integrante do edital.

9.6. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou

exigir do licitante que ela seja demonstrada.

9.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração

9.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome e CNPJ do licitante, e em plena validade na data de abertura do certame.

10.1.1. A documentação poderá ser da MATRIZ ou da FILIAL, obedecendo a seguinte regra:

a) Se a matriz for executar o Contrato, toda a documentação deverá ser relativa a ela.

b) Se a filial for executar o Contrato, deverá ser apresentado documento da filial.

b.1) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, na forma da lei, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

10.2.1. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro.

10.2.2. O Município de Imbituba reserva-se o direito de solicitar a qualquer tempo do licitante/fornecedor a apresentação da documentação autenticada/original correspondentes aos documentos enviados para habilitação.

10.2.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/18anções/ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

10.3. As declarações e as propostas de preços deverão estar assinadas pelo sócio-administrador do licitante ou por seu representante legal.

10.3.1. Em caso de representante legal, deverá ser apresentado o instrumento público ou particular de procuração, admitida a exigência de reconhecimento de firma somente em caso de dúvida de autenticidade (art. 12, V, da Lei nº 14.133/2021, em que conste o nome do licitante outorgante e de todas as pessoas com

poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para a formulação de propostas, para dar lance(s) em licitação pública e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

10.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde

10.4.2. que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.4.3. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.4.4. Para as certidões de regularidade fiscal e trabalhista e para a certidão negativa de falência que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

10.5. Para habilitação serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

10.5.1. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Compromisso de constituição do consórcio, se for o caso.

10.5.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (o documento exigido é de DÉBITOS trabalhistas, não de ações);

10.5.2.1. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverão

apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.2.2. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

10.5.3. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

a.1) Caso a licitante encontra-se em recuperação judicial, deverá ser apresentado, junto com a Certidão Positiva, o plano de recuperação judicial, devidamente aprovado e homologado pelo juízo competente, em plena vigência, ou outro documento/certidão emitido pela instância judicial competente, certificando assim a aptidão econômica e financeira para participar do certame.

b) balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma do art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legalmente aplicáveis às pessoas jurídicas constituídas há menos de 2 (dois) anos.

b.1) Os documentos contábeis deverão estar regularmente registrados ou autenticados no órgão competente ou apresentados por meio do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, quando aplicável, e assinados por contador habilitado e pelo representante legal da empresa. Para as sociedades por ações, deverá ser apresentada a publicação legalmente exigida.

b.2) A boa situação econômico-financeira será aferida pelos índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, calculados pelas fórmulas a seguir, devendo apresentar resultado igual ou superior a 1,00 (um): LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); SG = Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

b.3) Os índices econômicos deverão ser apresentados em documento assinado pelo representante legal da empresa e por contador devidamente habilitado.

b.4) A licitante que apresentar resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices exigidos deverá comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

10.5.4 Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Será exigido ao menos 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove fornecimento anterior de material escolar, de expediente ou bens de características e logística compatíveis com o objeto, admitida a comprovação por fornecimentos anteriores de componentes ou kits. Não será exigido quantitativo mínimo sem motivação técnica específica de parcela de maior relevância e proporcionalidade, observados os limites do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

b) Os atestados e demais documentos poderão ser objeto de diligência para esclarecimento e confirmação de autenticidade e conteúdo, na forma da Lei nº 14.133/2021.

10.5.5 Das Declarações:

a) Declaração de assinatura do contrato **(Anexo II);**

b) Declaração unificada **(Anexo III).**

11. DOS RECURSOS

11.1. A Licitante terá o prazo de **0 3 (três) dias úteis** para interpor recurso, no sítio do www.portaldecompraspublicas.com.br, em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021, em face de:

a) Julgamento das propostas;

b) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

11.1.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente no encerramento da sessão pública de recebimento das propostas e documentos de habilitação, no prazo máximo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, a contar do momento da manifestação da licitante de sua irresignação, devendo indicar o item do edital que será objeto do recurso.

11.1.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

11.1.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso a Agente de contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, qual seja, **03 (três) dias úteis**, e, terá início na data da divulgação do ato recorrido no Portal de Compras Públicas no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, em consonância com o preceito no §4º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

11.3. É assegurada aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que estarão disponíveis no site da prefeitura de Imbituba: www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.4. Os recursos deverão ser protocolados **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR**, ou

através do Portal do site(https://imbituba.atende.net/), no horário de expediente disposto no preâmbulo deste edital, sob pena de não apreciação e nulidade, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias e na mesma forma, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada, em qualquer caso, vistas imediatas dos autos.

11.4.1. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do que o estabelecido no item **11.1** deste edital.

11.5. Caso o agente de contratação decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão do agente antes da adjudicação.

11.5.1 Se o agente de contratação não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: https://imbituba.atende.net/ e www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.8. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão baixados do Portal de Compras Públicas e também serão disponibilizados no seguinte endereço eletrônico: https://imbituba.atende.net/.

11.9. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. O recurso interposto em desacordo com as condições deste EDITAL e seus ANEXOS não serão conhecidos, inclusive se apresentados fora do prazo legal ou sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor recurso pelo licitante ou por meio diverso do que o disposto com como condição para conhecimento e apreciação.

11.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

11.12. Quanto ao recurso advindo da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração deverá ser observado o regramento constante na Lei nº 14.133/2021.

11.13. Os prazos previstos neste EDITAL e seus ANEXOS iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município.

11.14. Conforme a Lei nº 14.133/2021, todos os prazos serão computados a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, de forma automática pelo sistema provedor.

12. DO PAGAMENTO

12.1. A medição corresponderá à quantidade de kits completos efetivamente entregues e definitivamente aceitos por item e por Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra. Poderão ser medidos os quantitativos aceitos em cada entrega prevista no cronograma. Peças avulsas, kits incompletos, produtos recusados ou quantidades sem comprovante de entrega não serão medidos nem pagos.

12.2. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias contados da apresentação de Nota Fiscal regular, após o recebimento definitivo e a liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de exigibilidade e a regulamentação financeira do Município. Eventuais erros ou pendências imputáveis à contratada interromperão a tramitação até sua regularização, devidamente comunicada.

12.3. A nota fiscal deverá identificar o processo, o contrato, a Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, o item, a quantidade, o preço unitário e o valor total, e será acompanhada dos romaneios e dos atestes. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, a liquidação regular da despesa e a apresentação correta da nota fiscal, observadas as retenções tributárias, a regularidade exigível e a ordem cronológica. Erro documental suspenderá a tramitação somente quanto à parcela afetada, retomando-se a contagem após a correção. Havendo controvérsia sobre parte da execução, a parcela incontroversa poderá ser processada nos termos da legislação.

12.4. Nenhum pagamento implicará aceitação de vício oculto. A Administração poderá glosar valores, compensar prejuízos nos limites legais e exigir restituição de pagamento indevido, mediante processo regular.

I. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN n° 358 de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n° 443, de 17 de outubro de 2014;

II. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

III. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

IV. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal 12.440/2011.

12.5. Os serviços/materiais serão pagos após a VERIFICAÇÃO de sua execução, documento este que será apresentado pelo responsável e atestada a sua ocorrência pelo fiscal do contrato, além de documentos comprobatórios contemplando detalhadamente todos os serviços realizados e/ou produtos entregues, incluindo registro fotográfico no que couber, comprovando a execução do objeto, atestado pelo fiscal de contrato e anuído pelo gestor da secretaria requisitante, visando cumprir com o previsto no Art. 63 de Lei Federal nº 4.320/64, na Instrução Normativa N°TC-0020/2015 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.7. Os preços dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data-base do orçamento estimado, fixada em 20 de outubro de 2026, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro índice que oficialmente venha a substituí-lo.

12.8. O reajustamento não se confunde com a revisão destinada ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, que poderá ser requerida nas hipóteses legalmente admitidas, mediante demonstração analítica dos fatos e de seus efeitos sobre os encargos contratuais.

12.9. O município responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal responsável.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Examinada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o processo será encaminhado para adjudicação e homologação, a serem realizadas pela autoridade superior.

13.2. A adjudicação do objeto deste Pregão será pelo menor preço **POR LOTE (KIT).**

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Por se tratar de contratação realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, a indicação da dotação orçamentária ficará condicionada à efetiva contratação dos itens registrados, podendo ser formalizada previamente à emissão da Nota de Empenho e da respectiva Autorização de Fornecimento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar, e;

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o contraditório e a ampla defesa.

15.8. O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, será o licitante vencedor convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, que deverá fazê-lo no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis,** contados do recebimento da convocação.

16.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Diretoria de Licitações e Contratos.

16.3. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

16.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (quando for o caso).

16.5. É expressamente proibida a participação de órgão ou entidade pública que já participe de outro SRP em andamento, ou integre outra ARP, com objetos semelhantes ao do presente SRP, nos termos fixados no art. 82, inc. VIII, da Lei 14.133/2021.

17. DO REAJUSTE

17.1. A ata de registro de preços poderá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro sempre que os preços registrados tiverem alteração em relação aqueles praticados no mercado, no entanto, não será objeto de reajuste inflacionário, supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (art. 79, Dec. Municipal nº 114/2024).

17.2. Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Município de Imbituba negociará com o Fornecedor sua redução.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

18.1. Executar os serviços/fornecimento contratados com características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração;

18.2. Fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

18.3. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

18.4. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do despreparo por parte dos profissionais colocados à disposição, bem como,

18.5. providenciar a imediata substituição dos mesmos;

18.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da prestação dos serviços;

18.7. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem o pagamento das obrigações da contratada, pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

18.8. Não será admitida a transferência integral da execução do objeto ou da responsabilidade contratual a terceiros;

18.9. É vedada a subcontratação integral do objeto ou da responsabilidade pela montagem, conferência, identificação, personalização e conformidade do kit. Poderão ser utilizados prestadores auxiliares de transporte ou fabricação de componentes, quando previsto no edital e sem sub-rogação da responsabilidade contratual, mantida a responsabilidade integral da vencedora por prazos, qualidade e entrega do kit completo (art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

18.10. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

18.11. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

18.12. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

18.13. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

18.14. Cumprir rigorosamente o Edital, TR e os prazos estabelecidos, sujeitando-se à Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações;

18.15. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da comunicação para esse fim específico;

18.16. Comunicar à Prefeitura Municipal de Imbituba, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

18.17. Atender com prontidão as reclamações por parte do Contratante, quanto ao objeto da presente licitação;

18.18. Deverão ser observadas as certificações compulsórias e as normas técnicas aplicáveis, inclusive requisitos do INMETRO quando incidentes, bem como o emprego de materiais atóxicos e adequados à faixa etária.

18.19. Quando prevista na especificação, a comprovação de origem responsável de madeira ou papel poderá ser realizada por certificação FSC, CERFLOR ou equivalente admitido.

18.20. Os itens personalizados deverão observar a identidade visual e a arte oficial disponibilizadas pela SEDEJ.

18.21. Cada kit deverá ser montado, conferido e acondicionado em caixa ou embalagem correspondente, apta a preservar a integridade dos produtos durante transporte, armazenamento e distribuição.

18.22. Todos os custos necessários à execução, inclusive materiais, personalização, embalagem, montagem, frete, carga, descarga, tributos, encargos, mão de obra e demais despesas, deverão estar incluídos nos preços ofertados.

19. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

19.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços prestados;

19.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

19.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativos

19.4. e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

19.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto pela Contratada fora das especificações do contrato;

19.6. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela

19.7. Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.8. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

19.9. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

19.10. Demais condições constantes do edital de licitação;

19.11. Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência, bem como do Contrato ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos serviços/produtos e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

19.12. Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento.

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas neste Edital.

21. DA FISCALIZAÇÃO

21.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

21.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

21.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

21.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

22. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

22.1. Prazo e Cronograma: As entregas ocorrerão nas unidades escolares indicadas pela SEDEJ, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h ou das 13h às 17h. Quando solicitado, poderá haver entrega no Almoxarifado da SEDEJ, de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h.

Item	Unidade Escolar	Endereço	Bairro
01	CMEI Coração de Mãe	Rua: Paraiso do Luz, 84	Ibiraquera
02	CMEI Doraci de Souza Spillire	Rua: Vereador Heitor Ramos, snº	Araçatuba
03	E. M. Hermínia de Souza Marques	Rua: Roque Izidoro Alves, snº	Alto Arroio

04	CMEI Nilso Pedro Pereira	Rua: Roque Izidoro Alves, snº	Alto Arroio
05	E.M. Terezinha Pinho de Souza	Estrada Geral do Arroio	Arroio
06	CMEI Juci de Souza dos Santos	Estrada Geral do Arroio	Arroio
07	CMEI Menino Deus	Estrada Geral do Sambaqui	Sambaqui
08	CMEI Altona	Rua: Custódio José de Souza, 160	Nova Brasília
09	E. M. Profª Belarminda de Souza Pires	Rua: Hogino José Martins, snº	Nova Brasília – Campestre
10	E.M. José Vanderlei Mayer	Av. Marieta Konder Bornhausen	Vila Nova Alvorada
11	CMEI Alceu Rochadel da Silva	Av. Marieta Konder Bornhausen	Vila Nova Alvorada
12	Almoxarifado SEDEJ	Av. Marieta Konder Bornhausen	Vila Nova Alvorada
13	CMEI Marilene Floriano da Silva	Rua: Nossa Senhora Aparecida	Vila Alvorada
14	CMEI Moacir Orige	Rua: Pôr do Sol, snº	Vila Esperança
15	CMEI José Antônio dos Reis	Rua: Adelfo Pamato, snº	Centro
16	E. M. Deputado Joaquim Ramos	Av. Santa Catarina, 19	Paes Leme
17	E.M. Etelvina de Souza Pereira	Rua: Pedro Antônio Gonçalves, 336	Vila Santo Antônio
18	CMEI Maria Lopes da Silva	Rua: Pedro Antônio Gonçalves, 336	Vila Santo Antônio
19	CMEI Laura Perfeito	Rua: Antônio Manoel de Oliveira	Vila Nova
20	E.B.M. Basileu José da Silva	Rua: Santana, snº	Campo da Aviação
21	CMEI Maria Virgínia Soares	Rua: Pedro Manoel Soares	São Tomás
22	E.B.M. Pe. Dr. Itamar Luís da Costa	Rua: Vergilino Soares, snº	Guaiúba
23	CMEI Clara Heitich Soares	Rua: Vergilino Soares, snº	Guaiúba
24	CMEI Cidália Soares Menezes	Rua: Vicente Manoel Machado	Roça Grande
25	CMEI Domingos Frasson	Estrada Geral Itapirubá	Boa Vista
26	E. M. Ugero Pittigliani	Estrada Geral Itapirubá	Boa Vista

22.2. O início da execução ocorrerá a partir do recebimento, pela contratada, da Ordem de Compra/Fornecimento e do respectivo empenho, observadas as orientações expedidas pela SEDEJ.

22.3. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Compra/Fornecimento e do empenho, devendo os kits ser entregues completos, identificados e acondicionados por tipo.

22.4. A contratada deverá previamente alinhar com a SEDEJ o cronograma de produção, personalização, montagem e entrega, inclusive os quantitativos destinados a cada unidade, de modo a compatibilizar o fornecimento com o calendário escolar.

22.5. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante registro quantitativo inicial dos volumes e ressalvas de integridade aparente. O recebimento definitivo será formalizado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega de cada ordem, por servidor designado, mediante conferência amostral ou integral tecnicamente justificada da composição, especificações, quantidade, personalização, validade e conformidade com a amostra aprovada. Necessidade excepcional de diligência será motivada por escrito, comunicada à contratada e tratada nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

22.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, avarias, divergências, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados.

22.7. Os materiais recusados deverão ser recolhidos e substituídos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, salvo prazo diverso expressamente fixado pela fiscalização em razão do quantitativo ou da natureza da correção.

22.8. A contratada deverá comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer o prazo, a qualidade ou a regularidade do fornecimento e apresentar, quando solicitado, plano de correção e cronograma atualizado.

22.9. Produtos com prazo de validade expresso pelo fabricante, incluindo tintas guache, colas, massa de modelar, toalhas umedecidas e corretivos, deverão apresentar no recebimento prazo mínimo remanescente de 12 meses. Quando o prazo total original de fábrica for inferior a 12 meses, admitir-se-á prazo remanescente de, no mínimo, 75% da validade original, mediante comprovação e aceite justificado pela fiscalização.

22.10. CERTIFICAÇÃO E CONFORMIDADE:

22.10.1. Os componentes dos kits que se enquadrem no escopo da Portaria Inmetro nº 423/2021, conforme a natureza, a finalidade e a definição regulamentar de cada produto, deverão cumprir os requisitos de avaliação da conformidade aplicáveis. A exigência incide individualmente sobre cada componente sujeito à regulamentação, ainda que fornecido acondicionado em kit, e não se estende aos itens que não estejam abrangidos pelo escopo regulatório.

22.10.2. No recebimento e, quando convocadas, na análise das amostras, os componentes sujeitos à certificação deverão apresentar o Selo de Identificação da Conformidade e as informações obrigatórias na

forma exigida pela regulamentação vigente. A fiscalização poderá solicitar a identificação do fabricante ou importador, o número de registro e os documentos comprobatórios pertinentes, bem como consultar os registros disponibilizados pelo Inmetro. As referências ao selo ou à certificação do Inmetro nas especificações dos componentes serão aplicadas conforme o escopo regulatório vigente para cada produto.

22.10.3. A ausência de certificação compulsória, quando exigível, ou a apresentação de produto em desconformidade com a regulamentação aplicável ensejará sua recusa, sem prejuízo das demais consequências previstas no edital, na Ata e na legislação.

22.11. Demais informações sobre a execução estão contempladas no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e outros documentos anexados neste Edital.

23. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

23.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

23.1.1. Pelo Município de Imbituba, quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV, do caput, do artigo 156, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido; e por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Imbituba.

23.1.2. Pelo Fornecedor:

a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

23.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com Aviso de Recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

23.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Imbituba, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

23.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

24.DO PREGÃO

24.1. A critério do Município de Imbituba, este pregão poderá:

a) Ser anulado, de ofício, se houver ilegalidade, ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

b) Ser revogado, a juízo do Município de Imbituba, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou ter sua data de abertura transferida, por conveniência exclusiva do Município de Imbituba e alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no art. 54 da Lei 14.133/21.

24.2. Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste:

a) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 149 da Lei nº 14.133/21;

b) A nulidade do procedimento licitatório induz à do Contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e

c) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

25.3. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e https://imbituba.atende.net/.

25.4. Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta implicará aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

25.5. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Capítulo II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

25.6. Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Declaração de Assinatura do Contrato;

ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Condições de “ME” OU “EPP”;

ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO VI – Minuta do Contrato;

ANEXO VII – Modelo de Proposta.

25.7. O contratado deverá, obrigatoriamente, assinar digitalmente com certificação pelo ICP Brasil, ou gov.br (https://www.gov.br/governodigital/pt-br/assinatura-eletronica), todos os documentos decorrentes do processo licitatório, tais como as Atas de Registro de Preços, Contratos e/ou Aditivos e demais. Atendendo dispositivos da Lei nº 14.063/2020.

26. DO FORO

26.1. Para dirimir as questões oriundas deste Edital e da futura Autorização de Compras, será competente o Foro da Cidade de Imbituba – SC, com renúncia aos demais.

Imbituba, 09 de novembro de 2026.

Josué Bilherva Espezim

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Juventude– SEDEJ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO I

Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar
(Anexo ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP)

(A proposta eletrônica deverá ser inserida, através do link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ASSINATURA DO CONTRATO

(A ser apresentado na Habilitação para convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços)

A empresa_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, DECLARA para fim específico de futura contratação com o MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC, considerando o Processo Licitatório n° 193/2026, que o instrumento será assinado pelo Sr. (a) _____, (qualificação) portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº_____,

residente e domiciliado na Rua_____, nº_____, bairro_____, CEP _____, cidade de_____, Estado de_____.

DADOS DA EMPRESA:
EMPRESA:
RAZÃO SOCIAL:
NOME FANTASIA:
CNPJ:
RUA: N°: BAIRRO: CIDADE: CEP:
E-MAIL:
BANCO: AGÊNCIA BANCÁRIA: CONTA CORRENTE:

_____ Local/Data

Nome e assinatura do responsável (representante legal) e Carimbo da empresa

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(A ser apresentado na Habilitação)

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o n° ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) ....., portador (a) da Carteira de identidade n° ..... e do CPF n° ....., **DECLARA que:**

☒ Não possui proprietário ou sócio que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

☒ Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

☒ Em atenção ao § 1 do artigo 63 da Lei nº 14.133/2021, declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

☒ Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio.

☒ Em atenção ao inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, declara que cumpre integralmente a norma contida no art. 7°, inc. XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho – exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

☒ Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no processo licitatório referente ao Pregão em epígrafe, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

☒ Declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pela Prefeitura Municipal de Imbituba. Fica obrigada a comunicar a Prefeitura Municipal de Imbituba, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

☒ A empresa _____ CNPJ nº. _____, sediada _____, declara através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi considerada **INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Local/Data

_____

Nome e assinatura do responsável (representante legal) e Carimbo da empresa

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE "ME" OU "EPP "

(A ser apresentado na Habilitação)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____(ME OU EPP), na forma prevista no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada Lei. Declara, ainda, que no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

....., ... de..... de 2026.

_____

Assinatura do Representante da Empresa

CPF:

CARGO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE ....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e seis, o MUNICÍPIO DE IMBITUBA, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E JUVENTUDE – SEDEJ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 82.909.409/0001-90, situado na Av. ..., n. ..., bairro ..., cidade de Imbituba, Santa Catarina, abaixo assinado, nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria e o Decreto Municipal nº 114/2024, além das demais disposições legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026, RESOLVE registrar os valores oferecidos pelo período de 1 (um) ano, conforme informações constantes no Edital e seu anexo I – Termo de Referência do referido Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO visando a **"AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IMBITUBA, PARA ATENDIMENTO DO ANO LETIVO DE 2027, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS COMPONENTES, PERSONALIZAÇÃO DOS MATERIAIS INDICADOS, MONTAGEM, CONFERÊNCIA, ACONDICIONAMENTO E ENTREGA DOS KITS COMPLETOS NOS LOCAIS DEFINIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E JUVENTUDE – SEDEJ",** em um prazo que se estende por 1 (um) ano a partir da assinatura da presente Ata, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01			R$	R$

1.2 O valor estimado para a citada contratação pelo período de 1 (um) ano é de **R$ XXXXXXX (XXXXXXX)**

1.3 Os valores com os preços registrados encontram-se na proposta anexa à presente ata.

1.4 Os serviços deverão ser prestados de acordo com prazo e as especificações técnicas exigidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do certame, mediante justificativa da vantagem da adesão, demonstração de que os valores registrados são compatíveis com os praticados no mercado, prévia consulta e aceitação do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor, desde que não prejudique as obrigações assumidas com o órgão gerenciador. As aquisições de cada órgão ou entidade aderente não poderão exceder 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados, e o total das adesões não poderá exceder o dobro desses quantitativos, vedada a adesão por órgãos e entidades da Administração Pública federal (art. 86, §§ 2º, 4º, 5º e 8º, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a **Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Juventude – SEDEJ.**

3.2 Caberá ao órgão gerenciador promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 O objeto deverá ser cumprido independente das quantidades solicitadas, conforme a necessidade e solicitação expedida pelo setor requisitante, mediante emissão de Ordem de Compra/Nota de Empenho emitida pelo departamento de compras.

4.2 A empresa detentora dos preços registrados poderá ser convidadas a firmar contratações de fornecimento/serviço, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

4.3 As aquisições registradas neste instrumento serão efetuadas através de Nota de Empenho emitida pelo Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Imbituba/SC, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

4.4 A Ordem de Compras/Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar seu recebimento.

4.5 O fornecedor/contratado deverá dispor de materiais/serviços, equipamentos e pessoal necessários para execução/fornecimento do objeto.

4.6 Os produtos e/ou serviços deverão ser disponibilizados de acordo com a necessidade da contratante, pelo período de doze meses.

4.7 Todo o fornecimento deverá ser feito com emissão de nota fiscal, especificando o serviço, o produto, os quantitativos, valor unitário e total.

4.8 No caso de o fornecedor oficial contratar um prestador de serviços para a entrega dos produtos, será imprescindível que este tenha em seu poder a cópia dos procedimentos normativos constantes no edital.

4.9 Prazo e Cronograma: As entregas ocorrerão nas unidades escolares indicadas pela SEDEJ, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h ou das 13h às 17h. Quando solicitado, poderá haver entrega no Almoxarifado da SEDEJ, de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h.

Item	Unidade Escolar	Endereço	Bairro
01	CMEI Coração de Mãe	Rua: Paraiso do Luz, 84	Ibiraquera
02	CMEI Doraci de Souza Spillire	Rua: Vereador Heitor Ramos, snº	Araçatuba
03	E. M. Hermínia de Souza Marques	Rua: Roque Izidoro Alves, snº	Alto Arroio
04	CMEI Nilso Pedro Pereira	Rua: Roque Izidoro Alves, snº	Alto Arroio
05	E.M. Terezinha Pinho de Souza	Estrada Geral do Arroio	Arroio
06	CMEI Juci de Souza dos Santos	Estrada Geral do Arroio	Arroio
07	CMEI Menino Deus	Estrada Geral do Sambaqui	Sambaqui
08	CMEI Altona	Rua: Custódio José de Souza, 160	Nova Brasília
09	E. M. Profª Belarminda de Souza Pires	Rua: Hogino José Martins, snº	Nova Brasília – Campestre
10	E.M. José Vanderlei Mayer	Av. Marieta Konder Bornhausen	Vila Nova Alvorada
11	CMEI Alceu Rochadel da Silva	Av. Marieta Konder Bornhausen	Vila Nova Alvorada
12	Almoxarifado SEDEJ	Av. Marieta Konder Bornhausen	Vila Nova Alvorada

Item	Unidade Escolar	Endereço	Bairro
13	CMEI Marilene Floriano da Silva	Rua: Nossa Senhora Aparecida	Vila Alvorada
14	CMEI Moacir Orige	Rua: Pôr do Sol, snº	Vila Esperança
15	CMEI José Antônio dos Reis	Rua: Adelfo Pamato, snº	Centro
16	E. M. Deputado Joaquim Ramos	Av. Santa Catarina, 19	Paes Leme
17	E.M. Etelvina de Souza Pereira	Rua: Pedro Antônio Gonçalves, 336	Vila Santo Antônio
18	CMEI Maria Lopes da Silva	Rua: Pedro Antônio Gonçalves, 336	Vila Santo Antônio
19	CMEI Laura Perfeito	Rua: Antônio Manoel de Oliveira	Vila Nova
20	E.B.M. Basileu José da Silva	Rua: Santana, snº	Campo da Aviação
21	CMEI Maria Virgínia Soares	Rua: Pedro Manoel Soares	São Tomás
22	E.B.M. Pe. Dr. Itamar Luís da Costa	Rua: Vergilino Soares, snº	Guaiúba
23	CMEI Clara Heitich Soares	Rua: Vergilino Soares, snº	Guaiúba
24	CMEI Cidália Soares Menezes	Rua: Vicente Manoel Machado	Roça Grande
25	CMEI Domingos Frasson	Estrada Geral Itapirubá	Boa Vista
26	E. M. Ugero Pittigliani	Estrada Geral Itapirubá	Boa Vista

4.10 O início da execução ocorrerá a partir do recebimento, pela contratada, da Ordem de Compra/Fornecimento e do respectivo empenho, observadas as orientações expedidas pela SEDEJ.

4.11 O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Compra/Fornecimento e do empenho, devendo os kits ser entregues completos, identificados e acondicionados por tipo.

4.12 A contratada deverá previamente alinhar com a SEDEJ o cronograma de produção, personalização, montagem e entrega, inclusive os quantitativos destinados a cada unidade, de modo a compatibilizar o fornecimento com o calendário escolar.

4.13 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante registro quantitativo inicial dos volumes e ressalvas de integridade aparente. O recebimento definitivo será formalizado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega de cada ordem, por servidor designado, mediante conferência amostral ou integral tecnicamente justificada da composição, especificações, quantidade, personalização, validade e conformidade com a amostra aprovada. Necessidade excepcional de diligência será motivada por escrito, comunicada à contratada e tratada nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

4.14 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, avarias, divergências, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados.

4.15 Os materiais recusados deverão ser recolhidos e substituídos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, salvo prazo diverso expressamente fixado pela fiscalização em razão do quantitativo ou da natureza da correção.

4.16 A contratada deverá comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer o prazo, a qualidade ou a regularidade do fornecimento e apresentar, quando solicitado, plano de correção e cronograma atualizado.

4.17 Produtos com prazo de validade expresso pelo fabricante, incluindo tintas guache, colas, massa de modelar, toalhas umedecidas e corretivos, deverão apresentar no recebimento prazo mínimo remanescente de 12 meses. Quando o prazo total original de fábrica for inferior a 12 meses, admitir-se-á prazo remanescente de, no mínimo, 75% da validade original, mediante comprovação e aceite justificado pela fiscalização.

4.18 CERTIFICAÇÃO E CONFORMIDADE:

- Os componentes dos kits que se enquadrem no escopo da Portaria Inmetro nº 423/2021, conforme a natureza, a finalidade e a definição regulamentar de cada produto, deverão cumprir os requisitos de avaliação da conformidade aplicáveis. A exigência incide individualmente sobre cada componente sujeito à regulamentação, ainda que fornecido acondicionado em kit, e não se estende aos itens que não estejam abrangidos pelo escopo regulatório.
- No recebimento e, quando convocadas, na análise das amostras, os componentes sujeitos à certificação deverão apresentar o Selo de Identificação da Conformidade e as informações obrigatórias na forma exigida pela regulamentação vigente. A fiscalização poderá solicitar a identificação do fabricante ou importador, o número de registro e os documentos comprobatórios pertinentes, bem como consultar os registros disponibilizados pelo Inmetro. As referências ao selo ou à certificação do Inmetro nas especificações dos componentes serão aplicadas conforme o escopo regulatório vigente para cada produto.
- A ausência de certificação compulsória, quando exigível, ou a apresentação de produto em desconformidade com a regulamentação aplicável ensejará sua recusa, sem prejuízo das demais consequências previstas no edital, na Ata e na legislação.

4.19 Demais informações sobre a execução estão contempladas no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e outros documentos anexados neste Edital

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

5.2.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I do Edital – Termo de Referência, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

5.2.2. Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os serviços e/ou produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.2.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

5.2.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento e qualidade do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

5.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.2.6. A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

5.2.7. Comunicar imediatamente à Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.2.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.2.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

5.2.10. Indenizar terceiros e/ou a PREFEITURA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.2.11. Executar fielmente o objeto do processo e cumprir todas as orientações do Contratante para o fiel desempenho da execução do serviço e/ou fornecimento contratado;

5.2.12. Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto deste processo, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita execução, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo Contratante;

5.2.13. Manter a proposta ofertada na licitação, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, salvo ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado.

5.2.14. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização por parte da Contratante, em hipótese alguma eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto à execução dos serviços e/ou fornecimento e dos danos advindos desses.

5.2.15. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto executado em desacordo com o contrato;

5.2.16. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Imbituba ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.2.17. A contratada será responsável por todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente (despesas com combustível, manutenção de ferramentas).

5.2.18. Cumprir na íntegra, independente de transcrição, as obrigações previstas no Edital e seus anexos.

5.2.19. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

5.2.20. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comercial.

5.2.21. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessados.

5.2.22. A empresa vencedora será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamento, estadia, alimentação, salário, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando integralmente o município.

5.2.23. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

5.2.24. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como manter a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

5.2.25. Os empregados em serviço possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a CONTRATADA, sendo esta responsável pelo pagamento de salários e demais vantagens e recolhimento de todas as obrigações e tributos pertinentes, bem assim por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61784, de 20 de novembro de 1987.

5.2.26. Fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

5.2.27. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital.

5.2.28. Providenciar à imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da prestação dos serviços e/ou fornecimento do objeto.

5.2.29. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

5.2.30. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

5.2.31. Estender aos contratos objeto da ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada.

5.2.32. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

5.2.33. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.2.34. Deverão ser observadas as certificações compulsórias e as normas técnicas aplicáveis, inclusive requisitos do INMETRO quando incidentes, bem como o emprego de materiais atóxicos e adequados à faixa etária.

5.2.35. Quando prevista na especificação, a comprovação de origem responsável de madeira ou papel poderá ser realizada por certificação FSC, CERFLOR ou equivalente admitido.

5.2.36. Os itens personalizados deverão observar a identidade visual e a arte oficial disponibilizadas pela SEDEJ.

5.2.37. Cada kit deverá ser montado, conferido e acondicionado em caixa ou embalagem correspondente, apta a preservar a integridade dos produtos durante transporte, armazenamento e distribuição.

5.2.38. Todos os custos necessários à execução, inclusive materiais, personalização, embalagem, montagem, frete, carga, descarga, tributos, encargos, mão de obra e demais despesas, deverão estar incluídos nos preços ofertados

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

6.1 São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

a) Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

b) Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a PREFEITURA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

c) Todas e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a PREFEITURA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas a PREFEITURA, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente;

d) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, locomoção, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com a Contratante;

e) Manter durante o período de execução dos serviços e/ou fornecimento contratados, as condições de Regularidade solicitadas quando da fase de habilitação;

f) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante na prestação dos serviços e/ou fornecimento.

g) É de responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos até o local que será determinado pela responsável. No caso de o fornecedor oficial contratar um prestador de serviços, quando permitido, para a entrega dos produtos, será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes no edital.

6.2 O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

6.3. É vedada a subcontratação integral do objeto ou da responsabilidade pela montagem, conferência, identificação, personalização e conformidade do kit. Poderão ser utilizados prestadores auxiliares de transporte ou fabricação de componentes, quando previsto no edital e sem sub-rogação da responsabilidade contratual, mantida a responsabilidade integral da vencedora por prazos, qualidade e entrega do kit completo (art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços e/ou fornecimento;

7.1.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

7.1.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços e/ou fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto pela Contratada fora das especificações do contrato;

7.1.5. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

7.1.6. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

7.1.7. Demais condições constantes do edital de licitação;

7.1.8. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/serviços;

7.1.9. Permitir ao pessoal do contratado, acesso ao local da entrega e/ou execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

7.1.10. Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à FORNECEDORA.

7.1.11. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

7.1.12. Cumprir com as demais obrigações na minuta de contrato, no Termo de Referência e outras previstas no contrato.

7.1.13. O objeto desde termo deverá ser fiscalizado e conferido por servidor designado pela Contratante.

7.1.14. A Gestão e a fiscalização serão efetuadas pelos servidores:

ÓRGÃO	GESTOR	FISCAIS
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Juventude - SEDEJ	Elisângela Pereira Chefe de serviço de Expedição Matrícula: 142/143	Fabiane Correa do Nascimento Chefe de Serviço Pedagógico do PAR Matrícula: 159 e 160 Vanusa Machado de Moraes Chefe de Serviço de Educação Infantil Matrícula: 6.034

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 A medição corresponderá à quantidade de kits completos efetivamente entregues e definitivamente aceitos por item e por Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra. Poderão ser medidos os quantitativos aceitos em cada entrega prevista no cronograma. Peças avulsas, kits incompletos, produtos recusados ou quantidades sem comprovante de entrega não serão medidos nem pagos.

8.2 O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias contados da apresentação de Nota Fiscal regular, após o recebimento definitivo e a liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de exigibilidade e a regulamentação financeira do Município. Eventuais erros ou pendências imputáveis à contratada interromperão a tramitação até sua regularização, devidamente comunicada.

8.3 A nota fiscal deverá identificar o processo, o contrato, a Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, o item, a quantidade, o preço unitário e o valor total, e será acompanhada dos romaneios e dos atestes. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, a liquidação regular da despesa e a apresentação correta da nota fiscal, observadas as retenções tributárias, a regularidade exigível e a ordem cronológica. Erro documental suspenderá a tramitação somente quanto à parcela afetada, retomando-se a contagem após a correção. Havendo controvérsia sobre parte da execução, a parcela incontroversa poderá ser processada nos termos da legislação.

8.4 Nenhum pagamento implicará aceitação de vício oculto. A Administração poderá glosar valores, compensar prejuízos nos limites legais e exigir restituição de pagamento indevido, mediante processo regular

8.5 A CONTRATATANTE efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, conforme a entrega dos serviços e/ou fornecimento, em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Compra/Empenho, além de documentos comprobatórios contemplando detalhadamente todos os serviços realizados e/ou produtos entregues, incluindo registro fotográfico no que couber, comprovando a execução do objeto, atestado pelo fiscal de contrato e anuído pelo gestor da secretaria requisitante, visando cumprir com o previsto no Art. 63 de Lei Federal nº 4.320/64, na Instrução Normativa N.TC0020/2015 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

8.6 A CONTRATANTE reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento ao fornecedor quando este houver cumprido a entrega da totalidade dos serviços/produtos que foram solicitados na ocasião, dentro das condições anteriormente citadas, mediante Ordem de Compra/Empenho.

8.7 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.8 Para cada Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

8.9 Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

8.10 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 Os preços registrados observarão a disciplina prevista no Decreto Municipal nº 114/2024, não sendo objeto de reajuste inflacionário durante a vigência da Ata quando houver vedação na regulamentação municipal, sem prejuízo da revisão dos preços registrados nas hipóteses legal e regulamentarmente admitidas.

9.2. Os contratos decorrentes desta Ata poderão prever reajustamento pelo IPCA, calculado pelo IBGE, após o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data-base do orçamento estimado, fixada em 20 de outubro de 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos seguintes casos:

10.1.1 Quando o fornecedor:

I Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV, do caput, do artigo 156, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

V Não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

10.1.2 Ou por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Imbituba.

10.1.3 Pelo Fornecedor:

I. Mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

II. Mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

10.1.4 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com Aviso de Recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.1.5 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Imbituba, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

10.1.6 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, o fornecedor que:

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

12.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.6 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da Empresa, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

12.2.2 Multa no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor dos serviços/fornecimentos não realizados, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30% (trinta por cento);

12.2.3 Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores de Imbituba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Imbituba (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.2.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.3 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

12.4 O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado com a proposta, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 Por se tratar de contratação realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, a indicação da dotação orçamentária ficará condicionada à efetiva contratação dos itens registrados, podendo ser formalizada previamente à emissão da Nota de Empenho e da respectiva Autorização de Fornecimento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas.

III. As partes, bem como as testemunhas, admitem como válida a assinatura do presente instrumento contratual em forma eletrônica, utilizando sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de

comprovar a sua autoria e a integridade deste documento, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

IV. O contratado deverá, obrigatoriamente, assinar digitalmente com certificação pelo ICP Brasil, ou gov.br (https://www.gov.br/governodigital/pt-br/assinatura-eletronica), todos os documentos decorrentes do processo licitatório, tais como as Atas de Registro de Preços, Contratos e/ou Aditivos e demais. Atendendo dispositivos da Lei nº 14.063/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 As partes elegem o foro da Comarca de Imbituba/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da PREFEITURA.

Imbituba, ... de ... de 2026.

Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Juventude

Contratante Contratada

Obs.: A presente Ata de Registro de Preços encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado em Diário Oficial.

Josué Bilherva Espezim

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Juventude– SEDEJ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VI

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IMBITUBA, POR MEIO DO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, E A EMPRESA .... PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IMBITUBA, PARA ATENDIMENTO DO ANO LETIVO DE 2027, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS COMPONENTES, PERSONALIZAÇÃO DOS MATERIAIS INDICADOS, MONTAGEM, CONFERÊNCIA, ACONDICIONAMENTO E ENTREGA DOS KITS COMPLETOS NOS LOCAIS DEFINIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E JUVENTUDE – SEDEJ.

MINUTA CONTRATO Nº .../2026 DE .../.../2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

HOMOLOGADO EM .../.../2026

O Município de Imbituba/SC, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E JUVENTUDE – SEDEJ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 82.909.409/0001-90..., situado na Av. ..., n. ..., bairro ..., cidade de Imbituba, Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ..., doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa ....., devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na ....., Município de....., Estado de ....., neste ato representado pelo Sr. ....., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente contrato mediante as cláusulas e disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato é decorrente do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer .....

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS/FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Além dos Atos Convocatórios da Licitação, Pareceres de Julgamento; Legislação Pertinente à Espécie; Instruções da Fiscalização e Informes integram o presente Contrato e assim aplicáveis, independente de transcrição, Proposta da CONTRATADA e Termo de Referência - vinculados ao Edital Pregão nº XX/2026, cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A base dos valores constantes da proposta da contratada importa o presente contrato, o valor global de R$ ..... (.....), que serão pagos no prazo de até 30 trinta dias após a apresentação da nota fiscal/fatura/recibo.

3.2. A medição corresponderá à quantidade de kits completos efetivamente entregues e definitivamente aceitos por item e por Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra. Poderão ser medidos os quantitativos aceitos em cada entrega prevista no cronograma. Peças avulsas, kits incompletos, produtos recusados ou quantidades sem comprovante de entrega não serão medidos nem pagos.

3.3. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias contados da apresentação de Nota Fiscal regular, após o recebimento definitivo e a liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de exigibilidade e a regulamentação financeira do Município. Eventuais erros ou pendências imputáveis à contratada interromperão a tramitação até sua regularização, devidamente comunicada.

3.4. A nota fiscal deverá identificar o processo, o contrato, a Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, o item, a quantidade, o preço unitário e o valor total, e será acompanhada dos romaneios e dos atestes. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, a liquidação regular da despesa e a apresentação correta da nota fiscal, observadas as retenções tributárias, a regularidade exigível e a ordem cronológica. Erro documental suspenderá a tramitação somente quanto à parcela afetada, retomando-se a contagem após a correção. Havendo controvérsia sobre parte da execução, a parcela incontroversa poderá ser processada nos termos da legislação.

3.5. Nenhum pagamento implicará aceitação de vício oculto. A Administração poderá glosar valores, compensar prejuízos nos limites legais e exigir restituição de pagamento indevido, mediante processo regular

3.6. O pagamento fica ainda condicionado: a anuência do fiscal do contrato e a apresentação, juntamente com a nota fiscal/fatura/recibo, os documentos comprobatórios, incluindo registro fotográfico no que couber, comprovando a execução do objeto visando assim cumprir com o previsto no artigo art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, na Instrução Normativa N.TC-0020/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União; Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente; Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente; Prova de regularidade relativa ao Fundo de por Tempo de Serviço (FGTS); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal 12.440/2011; se houver alguma incorreção na nota fiscal/fatura/recibo, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova nota fiscal/fatura/recibo, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

3.7. Decorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data-base do orçamento estimado, fixada em 20 de outubro de 2026, os preços contratuais serão reajustados pela variação acumulada do IPCA, calculado pelo IBGE, ou por índice que oficialmente venha a substituí-lo.

3.8. As condições de reajuste ora pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

3.9. Os recursos para execução do contrato estão assegurados no orçamento do quadro de dotações e recursos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. A Autorização de Fornecimento/Nota de empenho será encaminhada a CONTRATADA que deverá confirmar seu recebimento.

4.2. A CONTRATADA deverá dispor de materiais/serviços, equipamentos e pessoal necessários para execução/fornecimento do objeto.

4.3. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente obedecer na íntegra os critérios e especificações técnicas

4.4. contidas neste termo, no Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

4.5. Na impossibilidade do fornecimento dos materiais/prestação dos serviços conforme prazos estabelecidos, a empresa CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito, em tempo hábil para aprovação, e dentro dos prazos estipulados.

4.6. A administração Pública poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso este esteja em desacordo com a proposta oferecida no momento do Certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

4.7. Será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA quaisquer danos que venham ocorrer a Prefeitura Municipal de Imbituba ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta dos serviços prestados ou da entrega dos produtos contratados.

4.8. Prazo e Cronograma: As entregas ocorrerão nas unidades escolares indicadas pela SEDEJ, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h ou das 13h às 17h. Quando solicitado, poderá haver entrega no Almoxarifado da SEDEJ, de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h.

Item	Unidade Escolar	Endereço	Bairro
01	CMEI Coração de Mãe	Rua: Paraiso do Luz, 84	Ibiraquera
02	CMEI Doraci de Souza Spillire	Rua: Vereador Heitor Ramos, snº	Araçatuba
03	E. M. Hermínia de Souza Marques	Rua: Roque Izidoro Alves, snº	Alto Arroio

04	CMEI Nilso Pedro Pereira	Rua: Roque Izidoro Alves, snº	Alto Arroio
05	E.M. Terezinha Pinho de Souza	Estrada Geral do Arroio	Arroio
06	CMEI Juci de Souza dos Santos	Estrada Geral do Arroio	Arroio
07	CMEI Menino Deus	Estrada Geral do Sambaqui	Sambaqui
08	CMEI Altona	Rua: Custódio José de Souza, 160	Nova Brasília
09	E. M. Profª Belarminda de Souza Pires	Rua: Hogino José Martins, snº	Nova Brasília – Campestre
10	E.M. José Vanderlei Mayer	Av. Marieta Konder Bornhausen	Vila Nova Alvorada
11	CMEI Alceu Rochadel da Silva	Av. Marieta Konder Bornhausen	Vila Nova Alvorada
12	Almoxarifado SEDEJ	Av. Marieta Konder Bornhausen	Vila Nova Alvorada
13	CMEI Marilene Floriano da Silva	Rua: Nossa Senhora Aparecida	Vila Alvorada
14	CMEI Moacir Orige	Rua: Pôr do Sol, snº	Vila Esperança
15	CMEI José Antônio dos Reis	Rua: Adelfo Pamato, snº	Centro
16	E. M. Deputado Joaquim Ramos	Av. Santa Catarina, 19	Paes Leme
17	E.M. Etelvina de Souza Pereira	Rua: Pedro Antônio Gonçalves, 336	Vila Santo Antônio
18	CMEI Maria Lopes da Silva	Rua: Pedro Antônio Gonçalves, 336	Vila Santo Antônio
19	CMEI Laura Perfeito	Rua: Antônio Manoel de Oliveira	Vila Nova
20	E.B.M. Basileu José da Silva	Rua: Santana, snº	Campo da Aviação
21	CMEI Maria Virgínia Soares	Rua: Pedro Manoel Soares	São Tomás
22	E.B.M. Pe. Dr. Itamar Luís da Costa	Rua: Vergilino Soares, snº	Guaiúba
23	CMEI Clara Heitich Soares	Rua: Vergilino Soares, snº	Guaiúba
24	CMEI Cidália Soares Menezes	Rua: Vicente Manoel Machado	Roça Grande
25	CMEI Domingos Frasson	Estrada Geral Itapirubá	Boa Vista
26	E. M. Ugero Pittigliani	Estrada Geral Itapirubá	Boa Vista

4.9. O início da execução ocorrerá a partir do recebimento, pela contratada, da Ordem de Compra/Fornecimento e do respectivo empenho, observadas as orientações expedidas pela SEDEJ.

4.10. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Compra/Fornecimento e do empenho, devendo os kits ser entregues completos, identificados e acondicionados por tipo.

4.11. A contratada deverá previamente alinhar com a SEDEJ o cronograma de produção, personalização, montagem e entrega, inclusive os quantitativos destinados a cada unidade, de modo a compatibilizar o fornecimento com o calendário escolar.

4.12. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante registro quantitativo inicial dos volumes e ressalvas de integridade aparente. O recebimento definitivo será formalizado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega de cada ordem, por servidor designado, mediante conferência amostral ou integral tecnicamente justificada da composição, especificações, quantidade, personalização, validade e conformidade com a amostra aprovada. Necessidade excepcional de diligência será motivada por escrito, comunicada à contratada e tratada nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

4.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, avarias, divergências, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados.

4.14. Os materiais recusados deverão ser recolhidos e substituídos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, salvo prazo diverso expressamente fixado pela fiscalização em razão do quantitativo ou da natureza da correção.

4.15. A contratada deverá comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer o prazo, a qualidade ou a regularidade do fornecimento e apresentar, quando solicitado, plano de correção e cronograma atualizado.

4.16. Produtos com prazo de validade expresso pelo fabricante, incluindo tintas guache, colas, massa de modelar, toalhas umedecidas e corretivos, deverão apresentar no recebimento prazo mínimo remanescente de 12 meses. Quando o prazo total original de fábrica for inferior a 12 meses, admitir-se-á prazo remanescente de, no mínimo, 75% da validade original, mediante comprovação e aceite justificado pela fiscalização.

4.17. CERTIFICAÇÃO E CONFORMIDADE:

- Os componentes dos kits que se enquadrem no escopo da Portaria Inmetro nº 423/2021, conforme a natureza, a finalidade e a definição regulamentar de cada produto, deverão cumprir os requisitos de avaliação da conformidade aplicáveis. A exigência incide individualmente sobre cada componente sujeito à regulamentação, ainda que fornecido acondicionado em kit, e não se estende aos itens que não estejam abrangidos pelo escopo regulatório.

• No recebimento e, quando convocadas, na análise das amostras, os componentes sujeitos à certificação deverão apresentar o Selo de Identificação da Conformidade e as informações obrigatórias na forma exigida pela regulamentação vigente. A fiscalização poderá solicitar a identificação do fabricante ou importador, o número de registro e os documentos comprobatórios pertinentes, bem como consultar os registros disponibilizados pelo Inmetro. As referências ao selo ou à certificação do Inmetro nas especificações dos componentes serão aplicadas conforme o escopo regulatório vigente para cada produto.

• A ausência de certificação compulsória, quando exigível, ou a apresentação de produto em desconformidade com a regulamentação aplicável ensejará sua recusa, sem prejuízo das demais consequências previstas no edital, na Ata e na legislação.

4.18. Demais informações sobre a execução estão contempladas no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e outros documentos anexados neste Edital.

4.19. É vedada a subcontratação integral do objeto ou da responsabilidade pela montagem, conferência, identificação, personalização e conformidade do kit. Poderão ser utilizados prestadores auxiliares de transporte ou fabricação de componentes, quando previsto no edital e sem sub-rogação da responsabilidade contratual, mantida a responsabilidade integral da vencedora por prazos, qualidade e entrega do kit completo (art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, dentre outras inerentes ou decorrentes deste Contrato:

5.1.1. Executar os serviços e/ou fornecimento, objeto deste contrato, dentro das disposições contidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

5.1.2. Arcar com todas as despesas de tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), leis sociais, administração, materiais e instrumental, qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada, com relação aos serviços e/ou fornecimento, objeto do Contrato.

5.1.3. Arcar, exclusivamente, com todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, com relação à execução do objeto deste contrato.

5.1.4. Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes a danos e prejuízos que tenha causado ao Município de Imbituba e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços e/ou fornecimento contratados, respondendo por si, seus empregados e preposto.

5.1.5. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços e/ou fornecimento contratados.

5.1.6. Cumprir na íntegra, independente de transcrição, as obrigações previstas no Edital e seus anexos.

5.1.7. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem o

pagamento das obrigações da contratada, pela administração, sem quaisquer ônus adicional;

5.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessados;

5.1.9. Não será admitida a transferência integral da execução do objeto ou da responsabilidade contratual a terceiros;

5.1.10. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato firmado;

5.1.11. A empresa vencedora será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços e/ou fornecimento contratados, incluindo despesas com deslocamento, estadia, alimentação, salário, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando integralmente o munícipio.

5.1.12. Fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

5.1.13. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto e/ou execução dos serviços, objeto do edital.

5.1.14. Providenciar à imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do despreparo por parte dos profissionais colocados á disposição, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

5.1.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento e/ou serviços.

5.1.16. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

5.1.17. Estender aos contratos objeto da ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada.

5.1.18. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

5.1.19. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.1.20. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato ou ata de registro de preços, limitada ao quantitativo de cada item;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, dentre outras inerentes ou decorrentes deste Contrato:

a) Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/serviços.

b) Fornecer à CONTRATADA, todos os dados e elementos que não constam no Termo de Referência, necessários à perfeita execução dos serviços e/ou fornecimento.

c) Liquidar os documentos de cobrança, conforme disposto na Cláusula terceira deste instrumento.

d) Publicar extrato deste Contrato, no prazo e na forma da Lei.

e) Dar apreciação e aprovação, caso proceda, do relatório de execução do objeto deste contrato.

f) Cumprir com as demais obrigações na minuta de contrato, no Termo de Referência e outras previstas no contrato.

g) Comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrência relacionadas aos serviços prestados e/ou fornecimento de produtos;

h) Efetuar o pagamento da contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no contrato;

i) Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços e/ou fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

j) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto pela Contratada fora das especificações do contrato;

k) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

l) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

m) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

7.1. À CONTRATADA caberá, ainda:

a) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação

social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Imbituba;

b) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorrido em dependência do Município de Imbituba;

c) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas o processo licitatório e/ou respectivo contrato;

d) Assumir a responsabilidade pelos tributos (impostos gerais e ISS a ser recolhido aos cofres de Imbituba taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, fornecimento de mão-de-obra, leis sociais, administração e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste contrato.

7.2. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Município de Imbituba, nem poderá onerar o objeto da contratação em questão, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Imbituba.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Juventude – SEDEJ, através de prepostos oficialmente designados para tal função e será exercida objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

8.2. A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores designados, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados/ serviços prestados, com poder de veto.

8.3. Equipe de fiscalização:

8.4. A fiscalização deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:

a) Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, Termo de Referência, orçamentos, cronogramas, correspondências ou relatório de execução dos serviços prestados, entre outros.

b) Aprovar a indicação pela Contratada, do coordenador responsável pela condução dos trabalhos.

c) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da fiscalização.

d) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas, bem como as demais informações e instruções complementares ao Termo de Referência, necessárias ao pleno desenvolvimento dos trabalhos.

e) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos.

f) Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados, em obediência ao previsto no Termo de Referência.

g) Verificar e aprovar as soluções alternativas propostas para a execução do objeto quanto a sua Adequação técnica e econômica de modo a atender às necessidades da Contratante.

h) Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada.

i) Receber provisoriamente e definitivamente a documentação final de cada etapa do Projeto/Serviços, verificando o atendimento as especificações e a apresentação de todos os documentos previstos.

8.5. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

8.6. A empresa deverá estabelecer comunicação direta e rotineira com a fiscalização do contrato sobre qualquer assunto vinculada ao objeto.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data deste termo, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, desde que observadas as condições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 Sem prejuízo das regras previstas nos art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, constantes do Capítulo I, incluso no Título IV da normativa federal, comete ato passível de sanção o Licitante que:

10.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 As sanções aplicáveis são advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, Capítulo I, incluso no Título IV da normativa federal, Decreto Municipal nº 114/2024 e demais disposições da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1. Este contrato poderá ser alterado:

I. Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativade seu objeto.

II. Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS MOTIVOS PARA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

12.3. A extinção do contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.4. As hipóteses de extinção observarão o disposto na Lei n° 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS NORMAS GERAIS, DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

13.1. A CONTRATADA não poderá transferir, delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades ou obrigações constantes deste instrumento, do Edital de Pregão Eletrônico XX/2026,

Especificações e Quantidades do Objeto - Termo de Referência, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

13.2. A execução do objeto cumprirá, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis a espécie.

13.3. A CONTRATADA prestará única e exclusivamente o objeto e demais atribuições constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a mesma e o CONTRATANTE.

13.4. Aplicam-se a este instrumento as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente Contrato.

II Integram este Contrato, o Processo Administrativo nº 193/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026 e seus anexos e as propostas da CONTRATADA.

14.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato administrativo serão resolvidos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas.

14.3. As partes, bem como as testemunhas, admitem como válida a assinatura do presente instrumento contratual em forma eletrônica, utilizando sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade deste documento, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200- 2/2001.

14.4. O contratado deverá, obrigatoriamente, assinar digitalmente com certificação pelo ICP Brasil, ou gov.br (https://www.gov.br/governodigital/pt-br/assinatura-eletronica), todos os documentos decorrentes do processo licitatório, tais como as Atas de Registro de Preços, Contratos e/ou Aditivos e demais. Atendendo dispositivos da Lei nº 14.063/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Imbituba, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Imbituba, ...de.....de 2026

XXXXXXXXXXXXXXX

Secretaria Municipal de Educação,

Esportes e Juventude

XXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

O presente termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) e no PNCP.

Josué Bilherva Espezim

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Juventude– SEDEJ

Documento assinado digitalmente
JOSUE BILHERVA SOARES ESPEZIM
Data: 09/11/2026 19:36:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: Prefeitura Municipal de Imbituba/SC

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP:	**E-MAIL:**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA:	

LOTE 01 – KIT ESCOLAR 01 – INFANTIL 0 E INFANTIL 01 – 360 KITS (LOTE EXCLUSIVO ME/EPP)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN. MED.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01.01	**AGENDA ESCOLAR INFANTIL** – AGENDA MEDINDO 15x21 CM (FECHADA), SEM FIGURAS, DESENHOS E SÍMBOLOS, MIOLO COM TOTAL DE 110 FOLHAS CONTENDO COMO TÍTULO DA PRIMEIRA PÁGINA: IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA: NOME DA CRIANÇA: LINHA PARA PREENCHIMENTO, TURMA: LINHA PARA PREENCHIMENTO, DATA DE NASCIMENTO: ESPAÇO PARA PREENCHIMENTO COM DIA/MÊS /ANO, PERÍODO: MANHÃ, TARDE, INTEGRAL (COM QUADRO PARA MARCAÇÃO DE XIS AO LADO DE CADA OPÇÃO. FILIAÇÃO/RESPONSÁVEIS: LINHA PARA PREENCHIMENTO, ENDEREÇO: LINHA PARA PREENCHIMENTO, TELEFONES PARA CONTATO: LINHAS PARA PREENCHIMENTO, EM CASO DE EMERGÊNCIA, AVISAR: LINHA PARA PREENCHIMENTO: ALERGIAS/OBSERVAÇÕES DE SAÚDE: LINHA PARA PREENCHIMENTO, PESSOAS AUTORIZADAS A RETIRAR A CRIANÇA DA INSTITUIÇÃO: QUADRO COM TRÊS COLUNAS E OS SEGUINTES TÍTULOS: NOME, PARENTESCO E DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO. TÍTULO DA SEGUNDA PÁGINA: O QUE PRECISA TER NA BOLSA DA CRIANÇA? QUADRO COM 10 ESPAÇOS / LINHAS PARA PREENCHIMENTO. TERCEIRA	360	UNI.	**R$**	**R$**

	PÁGINA: TÍTULO: DADOS DE ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DA CRIANÇA, COM ESPAÇO PARA PREENCHIMENTO DA DATA, QUADRO OBJETIVO PARA ALIMENTAÇÃO COM AS SEGUINTES OPÇÕES: CAFÉ DA MANHÃ: COMEU PARTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), COMEU O SUFICIENTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), REJEITOU (ABRE E FECHA PARÊNTESES), ALMOÇO: COMEU PARTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), COMEU O SUFICIENTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), REJEITOU (ABRE E FECHA PARÊNTESES), LANCHE DA TARDE 1: COMEU PARTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), COMEU O SUFICIENTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), REJEITOU (ABRE E FECHA PARÊNTESES), LANCHE 2: COMEU PARTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), COMEU O SUFICIENTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), REJEITOU (ABRE E FECHA PARÊNTESES), JANTAR: COMEU PARTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), COMEU O SUFICIENTE (ABRE E FECHA PARÊNTESES), REJEITOU (ABRE E FECHA PARÊNTESES), QUADRO OPTATIVO PARA EVACUAÇÃO COM AS SEGUINTES OPÇÕES: MANHÃ E TARDE, ( )1X , ( )2X, ( ) MAIS DE DUAS VEZES, OBSERVAÇÕES: COM LINHAS ATÉ O FINAL DA PÁGINA, (MIOLO PRODUZIDO EM 1x1 COR, EM PAPEL COM GRAMATURA MÍNIMA DE 75 G/M². CAPA PERSONALIZADA E IMPRESSA EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 120 G/M², COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA, ENVOLTO EM PAPELÃO 1,3 MM E COM GUARDAS EM PAPEL OFFSET 120 G/M². DEVERÁ CONTER, NO INÍCIO DA AGENDA, 01 ENVELOPE PLÁSTICO. ACABAMENTO DA AGENDA COM ESPIRAL DE ARAME REVESTIDO EM NYLON E FECHAMENTO COILOCK Marca (XXX) Fabricante: Modelo:				
01.02	**CADERNO DE DESENHO (CAPA DURA)** – CADERNO DE DESENHO COM CAPA DURA, MEDINDO NO MÍNIMO 275 MM X 200 MM, CONTENDO 48 FOLHAS DE PAPEL BRANCO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², ADEQUADO PARA DESENHOS, PINTURAS E ATIVIDADES ESCOLARES. AS FOLHAS DEVERÃO SER LISAS, RESISTENTES AO USO DE LÁPIS DE COR, GIZ DE CERA, CANETAS HIDROGRÁFICAS E TINTAS DE USO ESCOLAR, SEM APRESENTAR TRANSPARÊNCIA EXCESSIVA OU ROMPIMENTO	360	UNI	**R$**	**R$**

	DURANTE A UTILIZAÇÃO. CAPA PERSONALIZADA E IMPRESSA EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 120 G/M², COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA, ENVOLTO EM PAPELÃO 1,2 MM E COM GUARDAS EM PAPEL OFFSET 120 G/M². ACABAMENTO COM ESPIRAL DE ARAME REVESTIDO EM NYLON E FECHAMENTO COILOCK, O ESPIRAL DEVERÁ ESTAR NA PARTE MAIS LONGA (27,5 CM). Marca (XXX) Fabricante: Modelo:				
01.03	BLOCO PARA DESENHO A3 – BLOCO GOMADO CONTENDO NO MÍNIMO 20 FOLHAS DE PAPEL BRANCO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 140 G/M² E MEDINDO NO MÍNIMO 29,7 X 42 CM (A3). Marca (XXX) Fabricante: Modelo:	360	UNI	**R$**	**R$**
01.04	GIZ DE CERA JUMBO (GIZ DE CERA INFANTIL JUMBO) – CAIXA COM 12 CORES. GIZ COM FORMATO CILÍNDRICO, PADRÃO GROSSO, PRODUZIDO COM CERAS E PIGMENTOS ATÓXICOS, COM RESISTÊNCIA SUFICIENTE PARA SUPORTAR A PRESSÃO NORMAL. CAIXA COM PESO MÍNIMO DE 370 GRAMAS. DIMESÕES MÍNIMAS DE 23 MM DE DIÂMETRO E 68 MM DE COMPRIMENTO Marca (XXX) Fabricante: Modelo:	360	UNI	**R$**	**R$**
01.05	GUACHE ESCOLAR – CAIXA CONTENDO 06 FRASCOS DE TINTA GUACHE EM CORES DIFERENTES, VIVAS, MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEIS EM ÁGUA, ACONDICIONADOS EM FRASCOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 ML CADA. PRODUTO ATÓXICO, DE BAIXO ODOR, INDICADO PARA USO ESCOLAR, PRODUZIDO À BASE DE ÁGUA, RESINAS, PIGMENTOS, CARGAS MINERAIS E CONSERVANTES. AS TINTAS DEVERÃO APRESENTAR BOA COBERTURA, SECAGEM UNIFORME E PERMITIR MISTURA ENTRE AS CORES SEM PERDA SIGNIFICATIVA DA TONALIDADE. Marca (XXX) Fabricante: Modelo:	360	CX	**R$**	**R$**
01.06	**ROLINHO PARA PINTURA** – ROLINHO PARA PINTURA CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIÉSTER DE ALTA DENSIDADE, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 CM E DIÂMETRO	360	UNI	**R$**	**R$**

	MÍNIMO DE 4 CM, MONTADO EM SUPORTE PLÁSTICO OU METÁLICO RESISTENTE, INDICADO PARA APLICAÇÃO DE TINTAS À BASE DE ÁGUA EM ATIVIDADES ESCOLARES E ARTÍSTICAS. PRODUTO ATÓXICO E SEGURO PARA USO ESCOLAR, Marca (XXX) Fabricante: Modelo:				
01.07	**PINCEL BROXINHA REDONDO N° 04** – BROXINHA ESCOLAR N° 04, COMPOSTA DE CABO REDONDO DE MADEIRA, COM VIROLA DE ALUMÍNIO E CERDAS REDONDAS. MEDINDO NO MÍNIMO 12 CM DE COMPRIMENTO. Marca (XXX) Fabricante: Modelo:	360	UNI	**R$**	**R$**
01.08	**PINCEL BROXINHA Nº 08** – BROXINHA ESCOLAR N° 08, COMPOSTA DE CABO REDONDO DE MADEIRA, COM VIROLA DE ALUMÍNIO E CERDAS REDONDAS. MEDINDO NO MÍNIMO 12 CM DE COMPRIMENTO. Marca (XXX) Fabricante: Modelo:	360	UNI	**R$**	**R$**
01.09	**KIT PINCEL BATEDOR** – KIT COM 04 PINCÉIS BATEDOR, CABO EM MADEIRA, PONTA DO PINCÉL EM ESPUMA EM FORMATO BATEDOR, CADA PINCEL COM: NO MININO 15MM DE DIÂMETRO, NO MININO 20MM DE DIÂMETRO, NO MININO 30MM DE DIÂMETRO, NO MININO 40MM DE DIÂMETRO. Marca (XXX) Fabricante: Modelo:	360	KIT	**R$**	**R$**
01.10	**TOALHA UMEDECIDA** – PACOTE COM 100 UNIDADES DE TOALHAS UMEDECIDAS, TAMANHO DAS TOALHAS NO MÍNIMO 19 CM X 13 CM, FÓRMULA HIPOALERGÊNICA, DERMATOLOGICAMENTE TESTADA, ISENTA DE ÁLCOOL ETÍLICO E PARABENOS. ENRIQUECIDO COM AGENTES EMOLIENTES (COMO ALOE VERA OU CAMOMILA) PARA LIMPEZA E HIDRATAÇÃO DA PELE. PRODUTO NOTIFICADO/REGULARIZADO CONFORME AS NORMAS SANITÁRIAS DA ANVISA. Marca (XXX) Fabricante: Modelo:	360	PCT	**R$**	**R$**

01.11	BOX PARA MONTAGEM DO KIT – CAIXA DE PAPELÃO PRODUZIDA EM PAPELÃO RECICLADO MICROONDULADO ONDA SIMPLES, TIPO MALETA. PAPELÃO COM GRAMATURA DE NO MÍNIMO 390 G/M². CAIXA RESISTENTE E COM AS DIMENSÕES INTERNAS COMPATÍVEIS COM TODOS OS COMPONENTES DO KIT, SEM DEFORMAÇÃO PARA O DEVIDO ACONDICIONAMENTO DO KIT, CONTENDO ALÇA PLÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, PRODUZIDA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), COM MEDIDAS DE NO MÍNIMO 15,5 X 2 CM. PRODUTO PERSONALIZADO COM UMA COR DE IMPRESSÃO. PRODUTO PERSONALIZADO COM UMA COR DE IMPRESSÃO. PRODUTO PERSONALIZADO COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA E IDENTIFICAÇÃO DO NÚMERO DO KIT.	360	UNI	**R$**	**R$**
	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO DO KIT ESCOLAR 01 – INFANTIL 0 E INFANTIL 01				**R$**
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01 – 360 KITS R$:					**R$**

NOTA: Este documento constitui um modelo de proposta, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa decidir se o utilizará ou adotará outro formato que considere mais adequado. A empresa não está obrigada a apresentar propostas para todos os itens.

CONTEÚDO DA PROPOSTA:

- A proposta deverá indicar, para cada item, marca, fabricante, modelo/referência quando houver, valor unitário, demais características necessárias à identificação do produto e declaração de atendimento integral às especificações;
- Os preços deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da execução, inclusive personalização, montagem, embalagem, frete, carga, descarga, tributos, encargos e demais despesas;
- Os Lotes 01 e 02, com valor estimado até R$ 80.000,00, serão submetidos à regra de exclusividade do art. 48, I, da LC nº 123/2006.

A empresa declara que:

- Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- Validade da Proposta: **90 (noventa) dias.**

- Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do Edital desse processo.

- Que não incide nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021.

- Que o prazo de início da entrega será de acordo com os termos estabelecidos no **Anexo I**, deste Edital, a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar. Todos os bens/serviços serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a descriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.

_____

Local e data Assinatura e Carimbo (Representante Legal)